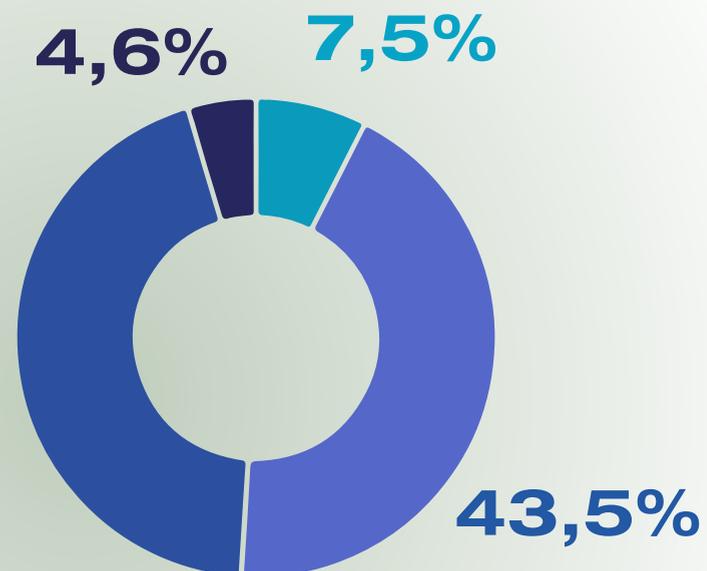


PRESTAÇÃO DE CONTAS - TRANSPARÊNCIA ACCOUNTABILITY



Doações/Parceiras/Financiamentos

Donations/Partnerships/Funders



Origem dos recursos*
Source of resources *

○ Governo: 1.984.572,28
Government

○ Pessoa jurídica: 11.477.522,65
Private Sector

○ Organizações da Sociedade Civil: 11.694.302,14
NGOs

○ Pessoas Físicas: 1.208.322,98
Individuals

TOTAL: 26.364.720,05

*Correspondem a doações, editais, patrocínios e financiadores, nacionais e internacionais

*Correspond to national and international donations, notices, sponsorships and financiers.

Aos Conselheiros e Administradores do
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
Nazaré Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Ajustes de exercícios anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 "c" em decorrência de erros nos registros contábeis ocorridos em períodos anteriores a 2021, as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23 (R1) - "Práticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros". Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, revisamos também esses ajustes nas demonstrações contábeis de 2020 e, em nossa conclusão, eles foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório, emitido em 10 de maio de 2021, não continha ressalva sobre essas demonstrações contábeis e com parágrafo semelhante ao descrito em “ajuste de exercícios anteriores”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de maio de 2022.

DocuSigned by:
Luiz Carlos Soares da Silva
5560E4A43B5144C...

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.010	27.840
Contas a receber		381	97
Adiantamentos		60	126
Estoques		46	31
Empréstimos a receber		173	70
Impostos recuperáveis		2	-
TOTAL DO CIRCULANTE		25.672	28.164
NÃO CIRCULANTE			
Fundo <i>Endowment</i>	5	14.577	15.409
Aplicações financeiras	4.1	25.669	14.966
Imobilizado	6	2.547	2.314
Intangível	7	7.273	6
TOTAL NÃO CIRCULANTE		50.066	32.695
TOTAL DO ATIVO		75.738	60.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	262	148
Obrigações trabalhistas	9	189	181
Obrigações tributárias	10	129	146
Outras contas a pagar	11	66	201
TOTAL DO CIRCULANTE		646	676
NÃO CIRCULANTE			
Projetos a executar	12	32.271	29.840
Obrigações tributárias	10	181	244
Outras contas a pagar	11	7.270	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE		39.722	30.084
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	13	20.793	14.690
Fundos patrimoniais		14.577	15.409
		35.370	30.099
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		75.738	60.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Nota Explicativa	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita de financiadores e doadores	14	9.066	8.319
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	15	4.449	2.170
Repasse projetos a executar	12	11.977	7.846
Doação fundo endowment		779	710
Receita trabalho voluntariado	20	263	254
		26.534	19.299
Custos com projetos a executar	11	(11.977)	(7.846)
Custos dos produtos vendidos / serviços prestados		(61)	(76)
		(12.038)	(7.922)
RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDA		14.496	11.377
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	16	(1.034)	(956)
Despesas administrativas / operacionais	17	(1.536)	(1.913)
Prestação de serviços	18	(5.822)	(3.344)
Depreciações e amortizações		(310)	(277)
Despesas trabalho voluntariado	20	(263)	(254)
		(8.965)	(6.744)
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		5.531	4.633
Resultado financeiro líquido	19	548	2.703
Superávits dos exercícios		6.079	7.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2021	2020
Superávits dos exercícios	6.079	7.336
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.079	7.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Fundos patrimoniais	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6.800	19.925	-	26.725
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa n° 12.c)	-	(3.252)	-	(3.252)
Transferência dos resultados do fundo endowment acumulado para o fundo patrimonial	7.010	(7.010)	-	-
Resgate de aplicação em janeiro/2020	(710)	-	-	(710)
Superávit do exercício	-	-	7.336	7.336
Transferência do superávit para o patrimônio social	-	7.336	(7.336)	-
Transferência dos resultados do fundo endowment acumulado para o fundo patrimonial	2.309	(2.309)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15.409	14.690	-	30.099
Resgate de aplicação em janeiro/2021	(779)	-	-	(779)
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa n° 12.c)	-	24	-	24
Transferência dos resultados do fundo endowment acumulado para o fundo patrimonial	(53)	-	-	(53)
Superávit do exercício	-	-	6.079	6.079
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	14.577	14.714	6.079	35.370

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit dos exercícios	6.079	7.336
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais		
Desconto concedido	1	-
Depreciação e amortização	297	676
Ajustes de exercícios anteriores	24	(3.252)
Baixa de ativo intangível	3	-
Baixa de ativo imobilizado	22	223
Superávits ajustados dos exercícios	6.426	4.983
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	(284)	768
Estoques	(15)	13
Outros créditos e Adiantamentos	(39)	(66)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	114	55
Obrigações fiscais	(80)	372
Outras obrigações	(135)	(33)
Obrigações trabalhistas	8	(77)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.995	6.015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativo imobilizado	(553)	(777)
Aplicação financeira	(9.871)	(2.313)
Ativo intangível	(7.270)	-
CAIXA UTILIZADO PELAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(17.694)	(3.090)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Projetos a executar	2.431	11.824
Fundo <i>endowment</i>	(832)	(3.019)
Adiantamentos de clientes	7.270	-
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	8.869	8.805
(DIMINUIÇÃO)/ AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.830)	11.730
Caixa e equivalentes no início do exercício	27.840	16.110
Caixa e equivalentes no final do exercício	25.010	27.840
(DIMINUIÇÃO)/ AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.830)	11.730

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis correspondente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (“Instituto”), criado em 1992, é uma sociedade civil de caráter filantrópico sem fins lucrativos, com o objetivo essencialmente de conservação da biodiversidade em bases científicas, atuando em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião.

O Instituto está domiciliado no Brasil, com sua sede social localizada no Km 47,5 da Rodovia Dom Pedro I, na cidade de Nazaré Paulista/ SP.

Certificado de OSCIP

O Instituto é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por despacho da Secretaria Nacional da Justiça, datado em 28 de junho de 2008, de acordo com a lei nº 9.790/99, 13019 de 31 de julho de 2014, e teve sua condição de OSCIP (por aquele órgão até 31 de julho de 2009). O atual certificado de qualificação como Organização Social de Interesse Público do Instituto é permanente conforme Portaria 362/2016 e pode ser consultado por meio do site do Ministério da Justiça.

A pedido da Administração do Instituto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi cancelada a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP; cuja publicação no Diário Oficial da União foi feita no dia 10/02/2021, Edição 28, Seção 1, pág.42”

Renovação de certificado de Entidade Ambientalista

O Instituto renovou seu certificado de entidade ambientalista, para fins do Decreto nº 46.655/02, para o exercício de 2019/2023, com validade 31/03/2023.

Efeitos da pandemia nas demonstrações contábeis

A Organização Mundial de Saúde decretou, em 11 de março de 2020, a pandemia devido ao rápido e crescente contágio da Covid-19 (Novo Coronavírus) no mundo razão pela qual recomendou uma série de medidas sanitárias com o propósito principal de preservação da saúde das pessoas. O surto desencadeou mudanças significativas nas empresas do setor privado e do governo, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas empresas que será refletido em suas demonstrações contábeis.

A Administração do Instituto vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do Novo Coronavírus, assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global.

Uma das medidas adotadas pela Administração foi (i) a suspensão das reuniões presenciais dos Conselho de Administração, (ii) interrupção das atividades presenciais ecológicas e educacionais dos alunos e professores, e, (iii) os colaboradores, sempre que possível, foram colocados em quarentena, também por tempo indeterminado, sendo mantidas as suas atividades em “home office”, tendo sido disponibilizados recursos necessários para trabalho remoto temporário enquanto durar a quarentena.

Visto o contexto o qual o Instituto IPÊ está inserido, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios do

Instituto. Embora não seja possível no cenário atual prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração do Instituto afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

As demonstrações financeiras referentes a exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelos Administradores através da Reunião da Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal do Instituto em 17 de maio de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

d) Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do superávit/ déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme

determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados em projetos a executar originados de contratos com entidades públicas e privadas, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07;

- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos dos projetos são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor; e

- **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Instituto pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

c) Instrumentos financeiros

● Instrumentos financeiros não derivativos

O Instituto possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos patrimoniais, empréstimos a receber, fornecedores e projetos a executar.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de

transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O Instituto baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

● Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pelo Instituto. Após reconhecimento inicial, os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

● Derivativos

O Instituto não possui operações com

instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com objetivo de especulação.

● Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as rubricas de contas a receber e outras contas a receber.

● Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

● Gestão de riscos financeiros

A Administração do Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros: risco de liquidez, crédito e risco de mercado. Conforme nota explicativa nº 22 as políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor

entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio das compras, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos.

e) Ativo imobilizado Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27). Os itens do ativo imobilizado foram mensurados pelo Ajuste de Avaliação Patrimonial de acordo com Lei 11.638/07, convergido pelas Normas do CPC 27, conforme Laudos e Teste de Impairment, realizados pela empresa Global Consult Consultoria e Serviços Ltda, CNPJ 03.294.236/0001-76, CRC 3946/RS.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, até a data de 30/11/2017, após essa data o Instituto Ipê passou a adotar taxas de depreciação conforme valor econômico e vida útil, apurados nos Testes de Impairment, deduzido do valor residual. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	Vida Útil Estimada
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Embarcações	25 anos
Veículos	5 anos
Casas pré-fabricadas	25 anos
Software	5 anos
Equipamento de informática e comunicação	4 anos
Equipamentos científicos	10 anos
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício de 2021 e 2020, não houve alteração nos métodos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

f) Ativo intangível

O ativo intangível de vida útil definida é composto por (i) programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa média e (ii) direitos de créditos de carbono a serem cedidos futuramente à Biofilica Ambipar Environmental Investments S.A.

g) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a funcionários são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto

e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como “não circulante”.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido pela ITG 2002 (R2) – Entidades sem Finalidade de Lucros, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

I) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com o Pronunciamento Contábil NBC TG 03 (R2)

“Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), utilizando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações

por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa fundo fixo	3	1
Bancos conta movimento		
Recursos sem restrição – IPÊ	7.248	5.026
Recursos com restrição - Projetos a executar	9.533	3.304
Recursos sem restrição - Projetos em execução	983	1.246
	17.763	9.576
Aplicações financeiras		
Recursos sem restrição – IPÊ (*)	4.732	3.135
Recursos com restrição - Projetos a executar	1.975	15.085
Recursos sem restrição - Projetos em execução	537	44
	7.244	18.264
	25.010	27.840

Os equivalentes de caixa são compostos pelo saldo do caixa geral do Instituto, pelos saldos das contas correntes bancárias de livre movimentação e pelas aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em dinheiro, e que estão sujeitos a risco insignificante de alterações no seu valor até sua efetiva conversão em caixa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 100% e 115% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4.1 Aplicações financeiras (Não circulante)

	2021	2020
Fundo Tribanco S.A. (a)	16.703	14.966
Aplicações de Projetos a Executar (b)	8.966	-
	25.669	14.966
Projetos sem restrições – Fundo Tribanco S.A.	4.669	3.468
Projetos com restrições – Fundo Tribanco S.A.	12.034	11.498
Projetos com restrições – Banco Bradesco S.A.	8.966	-
	25.669	14.966

(a) Tribanco S.A.

A rubrica contábil de aplicações financeiras Tribanco corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com os projetos: (i) Projeto Lira Moore (72,05%) e (ii) Projeto Anta (9,39%) e (iii) Reserva institucional (18,56%), criada para eventos futuros incertos, com repasses de projetos, e com recursos livres doados para a manutenção do Instituto.

(b) Bradesco S.A.

A rubrica contábil de aplicações financeiras do Banco Bradesco corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com os projetos: Projeto Lira Moore no montante de R\$ 2.217 e Projeto Lira BNDES no montante de R\$ 6.749.

O Fundo Endowment Itaú Unibanco (IKOPORAN), denominado TOP 234 Multimercado FIC FI, tem caráter permanente e foi originalmente formado por recursos de doações individuais, os quais são investidos em fundos de investimento por um Gestor Profissional. A renda auferida é revertida para projetos relacionados ao objetivo social vinculado ao acordo de doações. A transferência dos rendimentos auferidos do Fundo é anual e será efetuado após a Reunião do Conselho Fiscal para a rubrica Fundo Patrimonial, no patrimônio líquido.

O Fundo Endowment foi constituído através do Instrumento Particular de Contrato de Doação Modal, em 10 de julho 2007, cujo objetivo é específica e exclusivamente à manutenção parcial das atividades pedagógicas da ESCAS. A transferência dos rendimentos auferidos do Fundo para o Instituto é anual, limitado a 0,5% do patrimônio líquido do Fundo Endowment. Em 2021, foi resgatado pelo IPÊ o montante de R\$779 mil (R\$710 mil em 31 de dezembro de 2020).

5. Fundo Endowment

	2021	2020
Endowment Itaú Unibanco S.A. – Projeto ESCAS	14.577	15.409
	14.577	15.409

6. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado, exclusivamente nas suas operações.

Administração do Instituto não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Instituto realiza o cálculo da depreciação pelas taxas fiscais conforme quadro nota explicativa nº “3.e”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi registrada despesa de depreciação no

montante de R\$297 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2020) classificada na rubrica “Depreciação e amortização”.

Descrição	Equip. de					Imobilizado							Total
	Terrenos	Edificações	Veículos	Embarcações	Informática	Móveis e utensílios	Máq. e Equipos.	em andamento	Equipamentos Científicos	Casas Pré-Fabricadas	Instalações	Benfeitorias	
Saldos em 31/12/2019	696	655	184	361	56	102	319	-	-	38	1	23	2.435
Adições	-	-	159	-	153	27	397	12	15	-	14	-	777
Baixa	-	-	(33)	-	(75)	(18)	(97)	-	-	-	-	-	(223)
Depreciação	-	(28)	(101)	(316)	(50)	(90)	(79)	-	(3)	(4)	(3)	(1)	(675)
Saldos em 31/12/2020	696	627	209	45	84	21	540	12	12	34	11	22	2.314
Valor residual													
Custo Total	696	716	576	410	278	149	740	12	16	47	16	23	3.679
Depreciação acumulada	-	(89)	(367)	(365)	(194)	(128)	(200)	-	(4)	(13)	(4)	(1)	(1.365)
Imobilizado líquido	696	627	209	45	84	21	540	12	12	34	11	22	2.314
Adições	-	-	303	-	52	17	181	-	-	-	-	-	553
Baixa	-	-	-	-	(1)	(9)	-	(12)	-	-	-	-	(22)
Depreciação	-	(28)	(150)	(5)	(40)	7	(71)	-	(2)	(5)	(2)	(1)	(297)
Saldos em 31/12/2021	696	599	362	40	95	36	650	-	10	29	9	21	2.547
Valor residual													
Custo Total	696	716	878	410	330	157	920	-	36	47	15	24	4.229
Depreciação acumulada	-	(117)	(516)	(370)	(235)	(121)	(270)	-	(26)	(18)	(6)	(3)	(1.682)
Imobilizado líquido	696	599	362	40	95	36	650	-	10	29	9	21	2.547
Taxa de depreciação (%)	-	5%	20%	5%	25%	10% a 12%	10% a 15%	-	10% a 15%	5%	10%	4%	

7. Ativo intangível

	2021	2020
Software	3	6
RVE'S para cessão futura – Projeto Biofílica Pachama (a)	7.270	-
Total	7.273	6

(a) Projeto a executar e direitos de cessão de RVE's

No Oeste Paulista, o IPÊ desenvolve a iniciativa Corredores de Vida, que atua em três pilares: conservação da biodiversidade, geração de renda e clima. Em 2021, o projeto passou a ganhar escala, a partir do desenvolvimento de projetos de carbono integrados à restauração de paisagens em propriedades rurais no Pontal do Paranapanema. Para isso, o Instituto trabalha em parceria firmada por meio de contrato com a empresa Biofílica Ambipar Environmental Investments S.A celebrado em 04/11/2021 no montante inicial de R\$ 7.270 cujo objeto é cessão dos direitos de verificação e emissão dos créditos de carbono - RVE's a serem gerados em áreas verdes de proprietários rurais parceiros do Instituto.

A parceria possibilita ampliar a área dos corredores ecológicos já implantados na região pelo IPÊ desde 2002 (5,2 milhões de árvores plantadas em corredores) e gerar créditos de carbono a partir da restauração da vegetação natural da Mata Atlântica, promovendo a conectividade entre os fragmentos florestais remanescentes em áreas degradadas na região do Pontal do Paranapanema (SP). O objetivo é plantar 150 milhões de novas árvores em várias áreas que somadas chegam a 75.000 hectares serão responsáveis pela geração de um estoque de mais de 28 milhões de créditos de carbono AR, removendo da atmosfera mais de 36 milhões de tCO₂eq em 44 anos. Os créditos serão comercializados no mercado voluntário de carbono utilizando os padrões de certificação VCS e CCB do VERRA a partir da Metodologia CDM: ARACM0003 - (Grande Escala) Arborização e reflorestamento de terras, exceto áreas alagadas).

Sobre o projeto e a parceria

Plantios de florestas nativas desenvolvidos pelo IPÊ contribuem para reduzir o aquecimento global porque as florestas, ao crescerem e se desenvolverem, absorvem da atmosfera um dos gases que causam efeito estufa e aquecimento global: o CO₂. A contribuição desses projetos para a redução do aquecimento global pode ser medida e submetida a processos de verificação e certificação, para fins de geração de créditos de carbono que, por sua vez, podem ser vendidos a investidores, de maneira a custear as atividades de restauração. Para desenvolver projetos de carbono, quatro frentes são envolvidas:

- 1) Os proprietários de terra, que cedem gratuitamente os direitos sobre créditos de carbono (denominados "RVE", ou "reduções verificadas de emissões"), gerados através de plantios florestais em suas propriedades. O estímulo que os proprietários de terra encontram para ceder esses direitos e para permitir que os plantios florestais aconteçam nas suas propriedades é a possibilidade de, por meio dos projetos de carbono, atenderem às exigências da lei florestal, de manter floresta nativa em determinadas áreas da propriedade;
- 2) O IPÊ fica responsável por prospectar fazendas interessadas; realizar o reflorestamento, monitorar o crescimento da floresta e medir a geração dos RVEs; e ceder onerosamente à Biofílica os direitos sobre os esses RVEs emitidos por meio do projeto;
- 3) A Biofílica tem a responsabilidade de obter recursos de investidores interessados em adquirir

RVEs; direcionar recursos para as atividades de implantação e desenvolvimento do projeto realizadas pelo IPÊ; e submeter o projeto à certificação para geração das RVEs;

4) Os investidores financiam o projeto e como contrapartida se tornam os proprietários das RVEs.

Sendo assim, a parceria pressupõe uma relação anterior entre Ipê e proprietários de terra interessados em cedê-las para a restauração. O Ipê assume a restauração e em troca (permuta) o proprietário lhe cede os direitos de emissão de RVEs. Em outra relação jurídica, o Ipê cede os direitos de emissão de RVEs à Biofílica, mediante o pagamento de um valor ajustado entre as partes. Ambas as partes se beneficiam dessa relação. O Ipê cede os direitos de emissão de RVEs por um valor justo e de mercado e, com isso, obtém recursos para executar um dos seus mais importantes projetos.

A Biofílica adquire os direitos para ceder (vender) RVEs, em uma operação lucrativa. A relação é bastante equilibrada, não havendo ganhos excessivos de uma parte em detrimento da outra, portanto, não há qualquer favorecimento da empresa Biofílica pelo Ipê.

Planejamento operacional

Estudos prévios apontam que cada hectare de floresta restaurada no Pontal do Paranapanema pode gerar o benefício de mitigação climática correspondente a 385,39 toneladas de CO₂ equivalente (CO₂e é a unidade de medida adotada universalmente para se medir o impacto dos projetos de carbono). Esse valor pode ser atingido num prazo que varia de 20 a 30 anos

(dependendo da forma de implantação do projeto) a partir da data de plantio da floresta. A forma de verificar se a meta foi atingida é estabelecendo um protocolo de monitoramento que inclui medições do crescimento da floresta a cada 5 anos.

A restauração florestal deste projeto pode contemplar três métodos diferentes: restauração passiva (em que a área é isolada e a floresta regenera naturalmente); restauração ativa (em que ocorre plantio da área total); e restauração mista (envolvendo uma combinação de restauração passiva e ativa). Cada método tem um custo diferenciado. Por exemplo, para o contrato assinado em 2021, que teve como investidor a "Pachama", foram considerados 80% de restauração ativa, 10% de restauração passiva e 10% de restauração mista, numa área de 250 hectares. O custo por hectare, considerando cada um dos três métodos, foi de R\$32.273; R\$ 20.381; e R\$ 8.909, respectivamente. Esses valores incluem os custos diretos do desenvolvimento do projeto além de uma taxa administrativa do IPÊ, que corresponde a 20%. Metade dos 20% de taxa administrativa são destinados a compor um fundo de reserva do projeto, para lidar com imprevistos. Já 95% dos custos diretos do projeto ocorrem nos três anos iniciais. Os 5% restantes ocorrem ao longo dos 30 anos de contrato, por causa das atividades de monitoramento.

Quanto as contas de Ativo Intangível e Adiantamento de Clientes, ambas, permanecem com o saldo de R\$ 7.270 até o término da primeira etapa do Projeto a Executar, pois em junho de 2027 o Instituto terá a obrigação de cessão dos RVEs com a empresa Biofílica conforme contrato:

Cronograma de Entrega da Atividades		
Quantidade de RVES contratado	Período de Execução	Data de Entrega
22.953	2021-2026	30/06/2027
32.432	2027-2031	30/06/2032
18.972	2032-2036	30/06/2037
13.461	2037-2041	30/06/2042
8.531	2042-2045	30/06/2046

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica contábil de Fornecedores no montante de R\$ 262 (R\$148 em 31 de dezembro de 2020) era composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de escritório, limpeza e alimentos, bem como a contratação de prestadores de serviços.

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	126	126
Salários, ordenados e encargos	54	48
IRRF sobre folha de pagamento	8	5
Pis sobre folha de pagamento	1	1
Contribuições sindicais a pagar	-	1
Total	189	181

10. Obrigações tributárias

	2021	2020
IRRF sobre prestação de serviços	3	3
CSRF – Contribuições sociais retidas na fonte	9	8
ISS retido sobre prestação de serviços	14	1
ICMS a recolher	1	1
Cofins a recolher	19	22
Cofins parcelado a recolher (a)	253	353
ISS a recolher	10	2
Total	310	390
Circulante	129	146
Não circulante	181	244
Total	253	353

a) COFINS Parcelado: corresponde ao COFINS sobre suas receitas financeiras, restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 e conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004. A Administração apurou o montante a recolher de R\$353 referentes aos exercícios 2016 a 2020.

b) No entanto, durante o exercício 2021, foi quitado R\$ 67 em parcela única e o saldo restante de R\$ 286, foi parcelado em 60 meses acrescido de R\$ 73 de encargos financeiros a pagar. A seguir o saldo da dívida atualizada em dezembro/2021:

Milhares de Reais		Milhares de Reais	
EXERCÍCIO 2021	TOTAL	EXERCÍCIO 2021	TOTAL
COFINS parcelado a curto prazo	72	COFINS parcelado a curto prazo	72
COFINS parcelado a longo prazo	242	COFINS parcelado a longo prazo	181
Encargos a apropriar a longo prazo	(61)	Encargos a apropriar a longo prazo	61
Saldo atualizado em dezembro/2021 no Passivo	253	Saldo atualizado em dezembro/2021 perante a Receita	314

11. Outras contas a pagar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica contábil de outras obrigações no montante de R\$ 66 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2020) é composto por R\$ 53 de adiantamentos de clientes sobre contratos de cursos a serem faturados e R\$ 13 de Estoque de Materiais em Consignação.

No passivo não circulante o saldo no montante de R\$ 7.270 refere-se ao reconhecimento da obrigação de cessão futura dos direitos de verificação e emissão dos créditos de carbono - RVE's à empresa Bioflica Ambipar *Envionmental Investments S.A* na rubrica contábil "Adiantamento de Cliente", tendo em contrapartida no ativo não circulante a rubrica contábil ativo intangível. Vide Nota Explicativa nº 7.

12. Projetos a executar

O saldo de projetos a executar representa os recursos vinculados recebidos de parceiros/ patrocinadores, ainda não utilizados. Essa vinculação representa a destinação exclusiva das despesas apresentadas na Demonstração de Resultado do Exercício dos projetos e amortizados como repasse de recursos na DRE. O saldo dos projetos no encerramento do exercício está representado da seguinte forma (saldo contrato – saldo banco c/c – saldo banco aplicação – saldo banco NY).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Projetos	2021	2020
Lira BNDES	6.696	10.424
Lira Moore	14.237	14.734
Projeto Gestão Uc's	102	100
Monitoramento Participativo da Biodiversidade (Usaid)	196	214
Detetives ecológicos = We Forest	2.178	2.440
Monitoramento Participativo da Biodiversidade (Moore)	262	352
Caterpillar	251	898
Natura II	35	1
Elti Danone	-	5
Ecosia	1.762	650
Caruanas	23	22
Petrobrás III	659	-
Escolas Climáticas do Cantareira	106	-
Renova	561	-
Fórum e Encontro de Voluntariado	17	-
One Tree Planted	501	-
Biofílica Phachama (Direitos de cessão de RVE's) (a)	4.685	-
	32.271	29.840

**(a) Biofílica Phachama
(Direito de cessão e RVE's)**

Durante o exercício de 2021, do montante recebido de R\$ 7.270, a Administração do IPÊ utilizou a quantia de R\$ 2.585 para o desenvolvimento das atividades de restauração da mata encerrando os saldos das contas de Bancos e Projetos a Executar no montante de R\$ 4.685. A seguir a demonstração da receita e custos de projetos transitados no resultado do exercício:

	2021	2020
Receitas dos Projetos Realizados	11.977	7.846
Custos dos Projetos Realizados	(11.977)	(7.846)
	-	-
Custos dos Projetos Realizados		
	2021	2020
Serviços de florestamento e jardinagem	(3.479)	(1.289)
Serviços de assessoria e consultoria	(1.334)	(1.219)
Serviços de educação, instrução e treinamento	(909)	(881)
Despesas operacionais	(1.749)	(758)
Despesas com materiais de consumo	(1.090)	(699)
Serviços de assessoria projetos	(340)	(578)
Despesas financeiras	(667)	(497)
Serviços de apoio Administrativo	(562)	(475)
Despesas com pessoal	(498)	(452)
Serviços de pesquisa e desenvolvimento	(161)	(253)
Despesas com viagens	(260)	(224)
Serviços de organização de eventos	(328)	(168)
Outros custos	(600)	(353)
Total	(11.977)	(7.846)

13. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O Patrimônio Social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição. As rendas geradas pelo Instituto são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1.

b) Fundos Patrimoniais

Refere-se ao valor original do Fundo Endowment no montante de R\$14.577 (R\$15.409 em 31 de dezembro de 2020) mantidos em aplicação financeira, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

c) Ajustes de Exercícios Anteriores

A Administração do Instituto no seu melhor entendimento realizou contabilizou a título de ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 24 relacionados ao reconhecimento das receitas e despesas de projetos não reconhecidos anteriormente conforme demonstradas abaixo:

	<u>2020</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2020</u>
ATIVO	(Original)		(Ajustado)
Total do ativo circulante	28.164	-	28.164
Total do ativo não circulante	32.695	-	32.695
Total do Ativo	60.859	-	60.859
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Ajustes	
Total do passivo circulante	676		676
Total do passivo não circulante	30.084	(24)	30.060
Total do patrimônio líquido	30.099	24	30.123
Total do passivo e patrimônio líquido	60.859	-	60.859
	<u>2020</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2020</u>
	(Original)		(Ajustado)
Receitas operacionais	19.299	44	19.343
Custos dos projetos, vendas e serviços prestados	(7.922)	(20)	(7.942)
Total das despesas operacionais	(6.744)	-	(6.744)
Superávit antes do resultado líquido	4.633	24	4.657
Resultado financeiro líquido	2.703	-	2.703
Superávit do exercício	7.336	24	7.360

14. Receita de financiadores e doadores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Organizações Internacionais	4.724	5.156
Entidades Privadas Internacionais	37	6
Pessoas Físicas Internacionais	766	253
Organizações Nacionais	357	200
Entidades Privadas Nacionais	1.188	1.369
Pessoas Físicas Nacionais	208	657
Outras Receitas	1.786	678
	9.066	8.319

A receita de financiadores e doadores são provenientes de empresas privadas, fundações, governo, organizações nacionais e internacionais,

destinadas ao cumprimento do objeto social do Instituto. Quanto as outras receitas, são provenientes de desconto obtido e despesas reembolsadas por projetos.

15. Receitas líquidas de vendas e prestação de serviços

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestadores de serviços	4.440	2.133
Vendas	102	107
	4.543	2.240
Deduções das receitas		
ISS	(88)	(43)
PIS	-	(3)
COFINS	-	(16)
ICMS	(6)	(8)
	(94)	(70)
Total	4.449	2.170

A receita com prestação de serviços é proveniente de cursos realizados pelo Instituto e de serviços prestados pelo IPÊ.

A receita com vendas é decorrente da venda de produtos fabricados por empresas que promovem as causas defendidas pelo Instituto e que incluem a marca do IPÊ nos produtos como forma de divulgação dos trabalhos efetuados pelo Instituto.

16. Despesas de pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e indenizações	(510)	(511)
Encargos sociais	(244)	(244)
Benefícios	(180)	(81)
Férias	(46)	(61)
13º Salário	(45)	(46)
Uniformes e equipamentos de segurança	(5)	(9)
Contribuição sindical	(4)	(4)
Total de despesa de pessoal	(1.034)	(956)

17. Despesas administrativas e operacionais

	2021	2020
Material de campo	(51)	(887)
Despesas com manutenção	(252)	(206)
Despesas de viagens	(322)	(199)
Publicação e divulgação	(115)	(124)
Combustível	(116)	(72)
Seguro	(71)	(63)
Alimentação	(63)	(62)
Internet	(71)	(56)
Manutenção de rede	(54)	(45)
Outras despesas	(421)	(199)
Total das despesas administrativas	(1.536)	(1.913)

18. Despesas com prestadores de serviços

	2021	2020
Serviços de educação, instrução e treinamento	(1.815)	(1.504)
Serviços de pesquisa e desenvolvimento	(583)	(548)
Serviços de apoio administrativo	(451)	(390)
Serviços de assessoria e consultoria	(622)	(266)
Genérico PSPJ e PSPF	(597)	(324)
Serviços de florestamento e jardinagem	(865)	(101)
Serviços de Assessoria Projetos	(626)	(5)
Outros serviços	(263)	(206)
Total de despesas com prestação de serviços	(5.822)	(3.344)

19. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Variação Cambial / Monetária	1.104	1.227
Juros sobre aplicações financeiras	347	5.843
Juros e multas recebidos	3	2
	1.454	7.072
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(62)	(46)
Juros	(9)	(3.290)
IRRF s/ aplicações financeiras	(19)	(139)
Multas e juros	(48)	(1)
Cofins sobre Receita Financeira	(56)	(235)
Desconto Concedido	(1)	(1)
Variação Cambial / Monetária	(711)	(657)
Total do Resultado Financeiro Líquido	548	2.703

20. Trabalho voluntário

A Administração do Instituto não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados.

Conforme estabelecido pela ITG 2002 (R2) – Entidades sem Finalidade de Lucros, a Administração do Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de

órgãos da Administração, sendo mensuradas ao valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, o valor apurado foi de R\$263 mil (R\$254 mil em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstramos abaixo:

TRABALHO VOLUNTÁRIO NÃO REMUNERADO				
Cargos	milhares de Reais			
	Horas Trabalhadas	Taxa Horária	Quantidade	Valor Total
Diretora Presidente	720	0,30	1	216
Diretor Vice-Presidente	26	0,30	1	8
Membros do Conselho de Administração	9	0,30	12	32
Membos do Conselho Fiscal	8	0,30	3	7
Docentes ESCAS	0	0,30	2	-
Total	763		19	263

21. Partes Relacionadas

A Administração do Instituto não efetuou nenhuma outra transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração da Administração

Não houve remuneração da Diretoria no exercício. Conforme Estatuto Social, os Conselheiros não são remunerados por suas funções e nem recebem vantagens ou benefícios.

A Administração do Instituto não possui outros benefícios como: pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, pagamento baseado em ações e outros benefícios de longo prazo para o pessoal-chave da Administração, exceto aqueles previstos em Convenção Coletiva de Trabalho.

O Instituto não distribui, entre os seus diretores, associados, conselheiros, empregados, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações, ou parcelas do seu patrimônio líquido, auferidos mediante o exercício de suas atividades, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro do Instituto, aplicando-os integralmente na consecução do seu objetivo social.

22. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra o Instituto que devesse ser provisionado na data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

23. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados na execução dos projetos. São necessárias revisões periódicas nos planejamentos e orçamentos para execução de cada projeto, visando manter uma margem de erro zero quanto aos valores propostos e o executado. O Instituto, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento internos, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações

● Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de déficit resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas-correntes e aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

● Contas a receber e outros recebíveis

A exposição do Instituto a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, principalmente em relação à inadimplência.

● Caixa e equivalentes de caixa

O Instituto detinha, em milhares de Reais, “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 25.010 em 31 de dezembro de 2021. O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem rating entre AA- e AA+, assim como as aplicações financeiras.

● Risco de liquidez

É o risco que o Instituto encontrará em cumprir

com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

● Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

● Risco operacional

Risco operacional é o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a execução de projetos e serviços prestados que podem estar relacionados aos fatores de composição das metas e planejamento como déficit de pessoal especializado, tecnologias envolvidas etc.

● Administração de capital

A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos. Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Instituto possui somente instrumentos financeiros classificados como “Aplicações financeiras”. Os respectivos saldos nas datas dos balanços não diferem de forma relevante de seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2021 o Instituto esteve com seu capital circulante líquido positivo no montante R\$ 25.026 e R\$27.488 positivo em 31 de dezembro de 2020.

24. Isenções tributárias

De acordo com o art. 150, parágrafo 6º. Da Constituição da República Federativa do Brasil o Instituto é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, além do Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O Instituto não está isento de suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas sobre os proventos da Folha de Pagamentos, assim como o PIS que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos funcionários. A partir de julho de 2015 o Instituto passou a recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004.

25. Seguros (não auditado)

A política do Instituto é a de manter cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.